

EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS PARA A ORIGEM DOS TUPI-GUARANI NO LESTE DA AMAZÔNIA*

Fernando Ozorio de Almeida
Eduardo Góes Neves

Não se acabou aqui a missão mas, continuando pelo (Tocantins) rio acima, chegaram os padres ao sítio dos Tupinambás, donde haverá três anos tínhamos trazido mil e duzentos índios, que todos se batizaram logo e, por ser a mais guerreira nação de todas, são hoje gadelha dessas entradas (Pe. Vieira 1997 [1659]).

Introdução

A família linguística Tupi-Guarani é uma dentre as dez famílias pertencentes ao tronco Tupi (Rodrigues & Cabral 2012; Urban 1992). Ao contrário das demais famílias desse tronco, os Tupi-Guarani tornaram-se conhecidos historicamente por terem sido grupos dessa família (aqui denominados de maneira ampla, como *Tupinambás*), os primeiros a fazer contato com os europeus, no que seria o início do período colonial, e também pelo imenso território ocupado por esses grupos então: no litoral Atlântico desde o cabo de São Roque, ao norte, até o Trópico de Capricórnio, ao sul, assim como extensas áreas do planalto meridional e entorno (Brochado 1984; Fig. 1).

Dados linguísticos (e.g. Migliazza 1982; Rodrigues 1964; Walker et al. 2012), resultantes de análises léxico-estatísticas, são unânimes em apontar o sudoeste da Amazônia, na bacia do alto rio Madeira, como o centro de dispersão dos povos Tupi. Os poucos dados arqueológicos existentes para essa região (e.g. Cruz 2008; Miller 2009; Zimpel Neto 2009) parecem corroborar esta hipótese. Entretanto, não há documentação que ateste a presença de grupos Tupi-Guarani na bacia do alto Madeira para mais de alguns séculos. Os únicos Tupi-Guarani do sudoeste amazônico, os Kagwahiva de Rondônia e os Guarani das terras baixas bolivianas, migraram durante o período colonial para essa região, respectivamente da bacia do Tapajós (Menéndez 1981/82; Nimuendajú 1948) e da região do Chaco (Métraux 1927; Ramirez 2006).

O sudeste amazônico — designação que aqui inclui os médios e baixos cursos dos rios Xingu e Tocantins, áreas de interflúvio e o entorno desses rios — possui a maior variabilidade linguística entre os falantes de línguas tupi-guarani (Mello & Kneip 2006; Rodrigues 1984/85), assim como uma imensa variabilidade arqueológica (Almeida 2008, 2011, 2013; Garcia 2012; Pereira et al. 2008; Silveira et al. 2008), incluindo uma extensa cronologia com datas próximas ao início da era cristã. Portanto, se a diversidade cultural e linguística no tronco Tupi leva os pesquisadores a considerarem o sudoeste amazônico como centro de dispersão dos falantes de línguas tupi, a diversidade cultural e linguística dentro da família Tupi-Guarani igualmente permitiria considerar a possibilidade de que o sudeste amazônico tivesse sido o centro de dispersão dos grupos dessa família. O presente artigo pretende argumentar a favor desta hipótese.

Tal argumentação se dará mediante uma comparação de elementos politéticos relacionados, em especial, com características das cerâmicas arqueológicas, padrões de reocupação e formato dos assentamentos desses grupos. O uso deste conceito visa superar alguns dos dilemas relativos à possibilidade de identificação de categorias étnicas ou linguísticas no estudo do registro arqueológico. Tal discussão remonta à arqueologia do início do século XX e não será aqui rerepresentada (Trigger 1989). Nossa perspectiva é a de que, malgrado as inúmeras mudanças demográficas, culturais e políticas que resultaram da conquista e da colonização europeias sobre os povos indígenas, é possível a identificação de uma série de variáveis que têm consistência diacrônica, às vezes em escalas milenares, que permitem o estabelecimento de conexões entre padrões etnográficos e arqueológicos (Neves 2011). Tais variáveis podem, por exemplo, ser identificadas no estudo de cerâmicas arqueológicas.

Para compreender o que se quer dizer com "elementos politéticos", será tomada emprestada a descrição das *Polythetic features* feita por David Clark (1978; cf. Adams & Adams 1991; Needham 1975). Para o autor, é possível definir um grupo de entidades por uma série de propriedades de forma que: (I) cada entidade possua um número alto, mas não específico, de um conjunto particular de atributos; (II) cada atributo seja compartilhado por um alto número de entidades; (III) nenhum atributo necessariamente pertença a todas as entidades do grupo (Clark 1978:36-37).

Processos de transmissão de conhecimento na produção de objetos, bem como a noção de "comunidades de prática", são centrais para a compreensão de dinâmicas politéticas. Segundo Bowser e Patton (2008:108), a noção de comunidades de prática provém da ideia de que o aprendizado de uma técnica ou conjunto de técnicas envolve processos de socialização que não têm significado fora do campo da prática (Ingold 1996:26). Assim, as atividades

educativas não abarcam apenas a transmissão de informação, mas também motivações para a integração dos indivíduos que, no processo de aprendizagem, atingem competências práticas definidas coletivamente, assumindo novos papéis em face de tais competências (Bowser & Patton 2008:108).

Nesse contexto, as atividades educativas (de transmissão) teriam um caráter contraditório, uma vez que apresentam as ferramentas para adaptar e transformar a ordem, ao mesmo tempo em que reforçam e legitimam essa ordem (Calhoun 2011:5). A aquisição do conhecimento não seria monotética, a simples repetição de ideias e ações, mas politética, uma coerente reprodução de elementos combinados, sem a necessidade de que nenhum desses elementos esteja presente o tempo todo. Além disso, o conhecimento politético permite a existência de múltiplos significados para um mesmo objeto (:21). Como resultado, a própria identidade de um grupo, no tempo e no espaço, deve ser considerada politética (Degoy 2008:199).

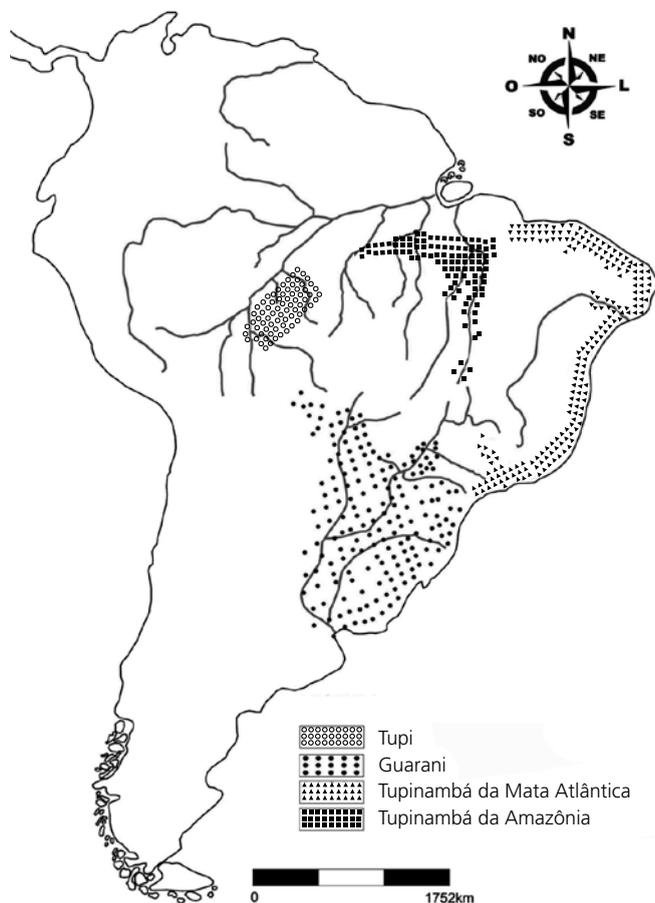
A continuidade de práticas e ideias no mundo material não pode se resumir à transmissão de conhecimento de geração para geração, uma forma de conservadorismo, uma propensão de imitar o estilo de uma geração anterior. Em sociedades tradicionais, a tendência é que parte dos elementos politéticos permaneça, mas, ainda assim, o grau de permanência vai variar com o contexto e com as diferentes histórias individuais e coletivas. A repetição politética tende a fixar os significados e reduzir a autonomia para a inovação (Chernela 2008:144). Para que o estilo (e a identidade) seja reconhecido, precisa ser reconhecível, não podendo ser alterado de forma drástica (:148)

Os atributos politéticos da cerâmica da Tradição¹ Tupi-Guarani são o uso de antiplástico de caco moído e/ou mineral, a presença de vasos compostos (um ângulo na parede) ou complexos (dois ou mais ângulos nas paredes), com base convexa ou ovalada (com exceção dos grandes pratos planos para assar mandioca), vasilhas com decorações plásticas corrugadas, unguladas, digitadas, raspadas, escovadas, decorações estas quase sempre encontradas no exterior do vaso, assim como decorações pintadas em vermelho, preto e branco, que aparecem como banhos, faixas e/ou motivos geométricos, dentro ou fora dos vasos. Urnas funerárias também são comuns e, em geral, consistem na reutilização de uma grande panela (muitas vezes corrugada) coberta por uma tampa, vasos relacionados ao preparo e ao consumo de bebidas alcoólicas (Brochado 1984; Buarque 2010; La Salvia & Brochado 1989; Noelli & Brochado 1998).

A principal premissa dessa proposta é que por mais que as correlações entre cultura material e línguas sejam extremamente complexas e conjunturais, não se pode negar que existe uma relação entre a transmissão de conhecimento, a linguagem e os elementos estilísticos (i.e., uma coerência de elementos politéticos). Não se trata, portanto, de indagar sobre possíveis correlações entre

línguas e grupos de objetos, mas sim em quais contextos é possível investigar como operaram tais correlações. No presente caso, pode-se argumentar que, se há um exemplo didático de correlação língua e cultura material na história das sociedades indígenas sul-americanas, este é o caso dos Tupi-Guarani. Assim, do mesmo modo que autores como Fausto (1992) e Viveiros de Castro (1986) utilizaram a etnografia de grupos Tupi-Guarani para interpretar dados históricos desses grupos, muitos fenômenos documentados histórica ou etnograficamente podem auxiliar na interpretação dos dados arqueológicos.

Figura 1 – Localização aproximada dos principais agrupamentos de falantes de línguas tupi-guarani na época do contato



Histórico de pesquisas sobre a arqueologia dos Tupi-Guarani

Desde meados do século XIX, estudiosos buscam compreender os processos e os mecanismos que permitiram aos grupos falantes de línguas da família Tupi-Guarani ocupar vastas áreas das terras baixas da América do Sul. Tais pesquisas foram iniciadas por von Martius, mas foi von den Steinen quem observou semelhanças linguísticas e culturais que permitiam unificar os diversos grupos Tupinambá e Guarani (Noelli 1996, 1998, 2008). Foi também von den Steinen o primeiro estudioso a apontar o sudeste amazônico — no caso, o alto Xingu — como o centro de dispersão dos povos Tupi-Guarani:

Será, portanto, de importância decisiva para o problema da emigração tupi saber se nas cabeceiras do Xingu, no Planalto Central, onde mais ou menos se encontra o ponto geográfico central da irradiação tupi, ainda existam tribos tupi. Admitindo que ali ainda elas existam, será necessário saber quais dialetos tupi se aproximam principalmente dessas tribos incólumes de qualquer civilização até hoje, através de sua linguagem, se colocam numa categoria próxima dos primeiros tupinambás, encontrados antigamente pelos descobridores (von den Steinen 1942:374, grifo nosso).

Uma das sínteses clássicas dos dados históricos desses grupos cultural e linguisticamente relacionados foi a produzida por Alfred Métraux para o *Handbook of South American Indians vol. III* (1948). A designação Tupinambá, utilizada por Métraux, cobria todos os índios falantes de línguas da família Tupi-Guarani, desde a boca do Amazonas até Cananeia, nas proximidades do Trópico de Capricórnio, assim como alguns grupos que habitavam áreas próximas ao litoral.

Um dos primeiros comentários de Métraux foi que, por mais próxima que fosse a relação entre esses grupos, havia paradoxalmente uma ligação de animosidade entre um grupo e outro. Animosidade que era colocada em prática durante os intermináveis conflitos entre os grupos que, por sua vez, terminavam em um clímax ritualístico: os derrotados sendo servidos como prato principal (cf. Fernandes 1970). A descrição de Métraux ainda indica que a economia desses grupos era baseada na agricultura, e que a mandioca era a principal planta cultivada. Além da agricultura, eles viviam da coleta, da caça e da pesca. As aldeias eram, segundo o autor, localizadas em topos de morro, com quatro a oito casas dispostas em torno de uma praça central, cada uma comportando até

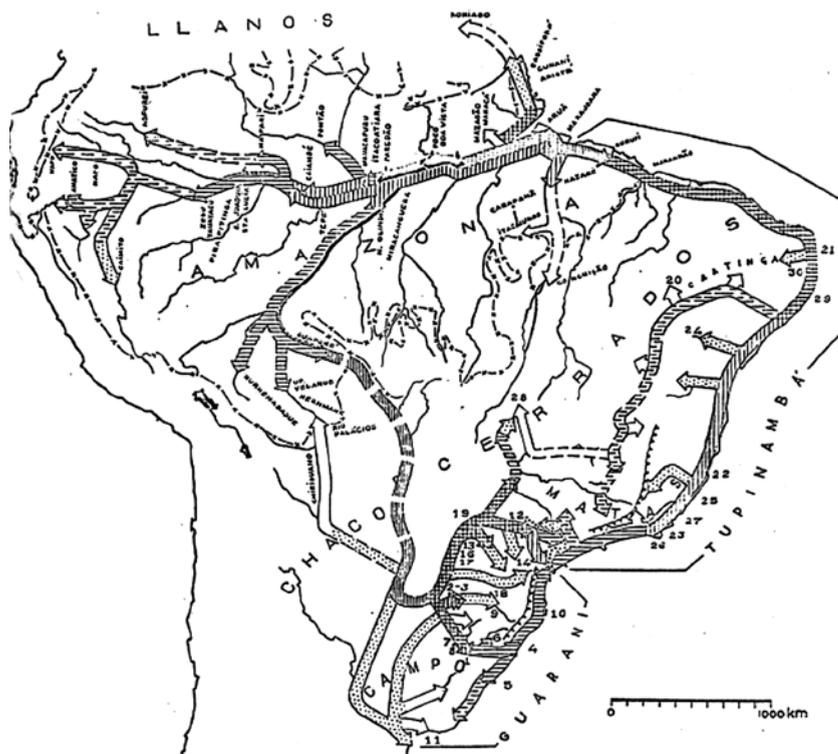
200 pessoas. Algumas aldeias possuíam valas e paliçadas para defesa. As casas comunais eram ocupadas por pessoas relacionadas por sangue ou casamento. Cada casa comunal tinha um chefe. Acima de todos, estava o chefe da aldeia (Métraux 1948).

Ainda de acordo com Métraux, dentro de cada casa eram encontradas redes para dormir, bancos de madeira, cestaria e cerâmica. Outros objetos eram os ornamentos de pena, o estojo peniano, contas, colares, arcos e flechas e os barcos. Em muitos casos, a relação dos Tupinambá com as canoas que produziam foi central para a interpretação das dinâmicas desses grupos. Na visão de Métraux, as canoas serviriam para pescar, para atacar inimigos e, por que não, para se deslocar (e expandir) rapidamente.

Essa visão era coerente com o panorama tecido por Nordenskiöld (1930), que via nas três grandes bacias hidrográficas na América do Sul (Amazonas, Orinoco e Paraná) uma rede de conexões que teria permitido grandes movimentos populacionais pelo continente. Panorama que seria adaptado por Lowie e Steward para o *Handbook of South American Indians*, sintetizando o conceito de *Floresta Tropical* (Neves 2008:360). Tal visão também estava presente, de certa forma, no "modelo cardíaco" elaborado por Lathrap (1970) e desenvolvido por Brochado (1984, 1989), que oferecia uma proposta para a compreensão da história de longa duração dos grupos indígenas nas terras baixas da América do Sul, com destaque para os Tupinambá e para os Guarani. Nesse modelo, tais grupos, representados arqueologicamente pela Subtradição Tupinambá e pela Subtradição Guarani (respectivamente), seriam descendentes de antigas populações do tronco Tupi que teriam se expandido a partir da Amazônia central. Nesta região, assim como por quase toda a calha do rio Amazonas e por alguns dos seus principais afluentes, esses antigos grupos Tupi produziram vestígios materiais ligados à Tradição Polícroma Amazônica (TPA). Nesta perspectiva, e do ponto de vista arqueológico, as Subtradições Tupinambá e Guarani seriam identificadas ao longo do litoral atlântico, nas áreas de mata atlântica, nos vales do sul do Brasil e no entorno deste, e em algumas outras regiões (Noelli 1996, 1998, 2008). Tais agrupamentos possuíam uma cultura material semelhante, o que permite falar em uma Tradição Tupi-Guarani.² Além disso, nesta visão, o eixo desse processo teria seguido vias fluviais ou costeiras.

Embora os dois modelos (propostos por Métraux e por Brochado e Lathrap) trabalhem com o potencial de redes fluviais para a dispersão dos Tupi-Guarani, há uma diferença de temporalidade fundamental na compreensão desses fenômenos de movimentos dos Tupi-Guarani por parte dos dois autores: Métraux (1927) via os caminhos fluviais como um mecanismo

Figura 2 – Modelo de dispersão dos Tupinambá e Guarani proposto por Brochado (1984)



que permitiria uma série de movimentos rápidos, de *migração*, que teriam auxiliado os Tupi-Guarani a se dispersarem por amplas regiões em um espaço curto de tempo, alguns séculos antes da conquista europeia. Tal ideia foi posteriormente adaptada por Meggers (1974, 1977, 1982), por um viés em que mudanças climáticas teriam impulsionado os movimentos (vide a seguir). Brochado e Lathrap (1982; Fig. 2), no entanto, viam os rios como veículos de uma gradativa **expansão** dos Tupi-Guarani, ligada a um processo de aumento populacional derivado de uma agricultura de várzea, em que novos espaços seriam ocupados sem que os antigos fossem abandonados, em um longo processo que começou antes do início da era cristã (Noelli 1996). Não foi atribuída relevância alguma à terra firme. Brochado e Lathrap não

acreditavam que áreas de terra firme pudessem sustentar ocupações indígenas densas e sedentárias, como o que parece ter ocorrido com os grupos Tupinambá da Amazônia. Em um famoso e não publicado artigo *cult*, estes autores afirmaram:

[...] as populações da terra firme são populações fracassadas. Elas podem ser um tormento para as populações da várzea. Elas podem servir como um mecanismo utilizado pelas populações da várzea explorarem os recursos da terra firme. [...]. Entretanto, as populações da terra firme, com raras exceções, permaneceram estáticas, tanto no sentido demográfico, quanto no sentido evolutivo (Brochado & Lathrap 1982, trad. nossa).³

Naquela época, Brochado quase não tinha dados arqueológicos sobre ocupações tupi-guarani na Amazônia em áreas de terra firme, na região sudeste desta floresta. Nos últimos anos, no entanto, pesquisas nessas áreas (Almeida 2008; Almeida & Garcia 2008; Garcia 2012) sugerem que as bacias do baixo Tocantins e Xingu já estavam amplamente ocupadas no final do primeiro milênio d.C. por grupos falantes de línguas tupi-guarani, ou seja, muito antes do início da conquista europeia. Tais ocupações são classificadas por nós como partes de uma Subtradição Tupinambá da Amazônia que, somada às Subtradições Guarani (sul do Brasil e entorno) e Tupinambá da mata atlântica (os que habitavam a costa brasileira e áreas adjacentes) formariam a grande Tradição Tupi-Guarani. A denominação Tupinambá da Amazônia é em parte derivada da indicação feita por Vieira (1997 [1655 a 1659]), de que o médio Tocantins era a terra das nações Tupinambá, e por von den Steinen (1942), que sugeriu o alto Xingu como centro de dispersão dos Tupinambá, e em parte pelas relações cosmológicas homólogas verificadas entre os Araweté (Tupi-Guarani da Amazônia) e os Tupinambá do litoral (Viveiros de Castro 1986).

Esse agrupamento (Subtradição Tupinambá da Amazônia) não tem a homogeneidade cultural e linguística observada nos Guarani (e.g. Noelli 1993), tampouco a dos Tupinambá do litoral, como se viu no relato produzido por Métraux. Essa Subtradição parece abranger pelo menos dois subconjuntos linguísticos, conforme designado por Rodrigues (1984/85:39-40), mas ela pode ser ainda mais ampla. No entanto, não parece ser necessário que os agrupamentos arqueológicos e linguísticos se encaixem com perfeição, até porque o próprio Rodrigues (1984/85:48) admite que seus subconjuntos são mais um ensaio do que uma classificação rigorosa. Classificações mais aprimoradas, tanto da arqueologia quanto da linguística, dependem do constante desenvolvimento interdisciplinar de ambas.

Os Tupi-Guarani no sudeste da Amazônia

Neste mesmo ano os padres mandaram uma embaixada (como cá dizem) à nação dos Tupinambás, que dista trezentas léguas pelo mesmo rio (Tocantins) acima, e é a gente mais nobre e mais calorosa de todas estas terras [...] (Pe. Vieira 1997 [1655]).

Figura 3 – Tigela pintada com motivo antropomorfo (Subtradição Tupinambá da Amazônia)



Interpretar a cronologia de ocupação dos Tupi-Guarani no sudeste da Amazônia sempre foi um tema espinhoso para os arqueólogos (e.g. Araújo-Costa 1983; Brochado 1984; Prous 1992). Até recentemente, por exemplo, havia uma única datação radiocarbônica para a região do baixo Tocantins (Simões & Araújo-Costa 1987), apontando uma cronologia recente de ocupação, por volta do século XVI d.C. Se interpretada sem o auxílio dos dados linguísticos, esse resultado limitado poderia sugerir que os Tupi-Guarani ocuparam essa região no período colonial, ou seja, seriam descendentes dos Tupinambá que migraram de regiões costeiras em virtude do contato com os europeus. Tal hipótese, coerente à luz dos dados então disponíveis, chegou a ser cogitada em estudos sobre grupos Tupi (Laraia 1984/85:26). Entretanto, os dados arqueológicos mais recentes do baixo Tocantins (Fase Tauarí retrabalhada por Almeida [2008, 2013]) e Xingu (as fases Arara e Pacajá definidas por Perota [1992]), e da região de interflúvio desses rios (a Fase Itacaiúnas, retrabalhada por Garcia [2012]; Pereira et al. [2008]; Silveira et al. [2008]) deixam claro que esses grupos habitavam a região centenas de anos antes da chegada dos portugueses.

Figura 4 – Urna funerária encontrada na região de Santa Cruz, baixo Tocantins (Subtradição Tupinambá da Amazônia). Foto: Marlon Prado, acervo FCCM



A cerâmica da Subtradição Tupinambá da Amazônia possui uma série de elementos em comum com as Subtradições Tupinambá da Mata Atlântica e Guarani (meridionais), como o uso de roletes para confeccionar os vasos, o uso de antiplástico em grande quantidade na pasta, uma queima predominantemente incompleta (com núcleo escuro), um tratamento de superfície nem sempre finalizado com um alisamento fino, a presença de vasos com um ou mais ângulos na parede (Fig. 4), incluindo as grandes panelas (provavelmente) para preparo e as tigelas (com ombro pintado) para o consumo de bebidas fermentadas (Fig. 6), decorações corrugadas, unguladas, digitadas, escovadas e policrômicas (vermelho, branco, preto, amarelo, marrom etc.; Fig. 7). Os dados do interflúvio Xingu-Tocantins (e.g. Silveira et al. 2008) e do baixo Tocantins (encontradas no acervo da FCCM⁴) indicam que a presença de urnas funerárias (como nas demais subtradições) também é elemento presente na Subtradição Tupinambá da Amazônia (Fig. 4).

Os motivos pintados ou incisos na cerâmica são bastante semelhantes aos encontrados nas subtradições Tupinambá do litoral (e.g. Buarque 2010; Prous 2005, 2010) e Guarani (La Salvia & Brochado 1989; Neumann 2008), incluindo motivos antropomorfos (Fig. 3) e em grega (Fig. 5). Os motivos em grega são observados etnograficamente entre os Tupi-Guarani da Amazônia,

como nos Asurini; tais motivos são realizados de maneira análoga na cerâmica, no corpo e em outros objetos rituais, como o chocalho xamânico e a flauta (Müller 1985; 1990), ou seja, aparentemente há elementos estilísticos presentes na cerâmica arqueológica, que estavam difundidos de forma ampla em vários aspectos culturais dos Tupi-Guarani da Amazônia — o *pervasive style* definido por DeBoer (1991:148) — de maneira análoga ao que se documentou historicamente junto dos Tupinambá do litoral (Abbeville 1975 [1614]; Évreux 2002 [1615]; Souza 2001 [1587]; Staden 1974 [1557]; cf. Fernandes 1970).

Figura 5 – Cerâmica pintada da Subtradição Tupinambá da Amazônia (Fase Tauari), com motivos em grega

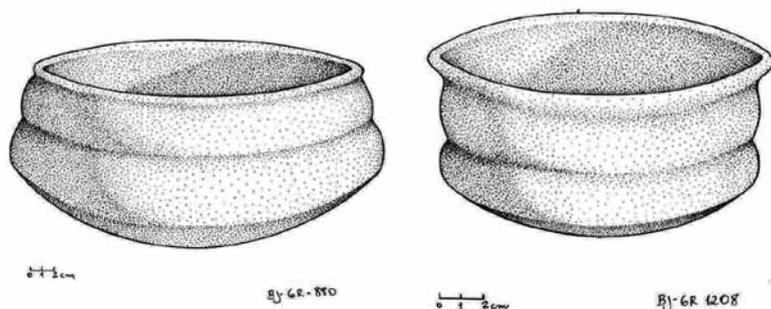


Todavia, há algumas diferenças claras entre as subtradições, como a utilização de antiplástico mineral pela Subtradição Amazônica em face das demais, em que o antiplástico predominante é o caco cerâmico moído. A espessura dos vasos também tende a ser mais fina na cerâmica tupinambá da Amazônia do que nas demais. Vasos com bordas vazadas (prováveis vasos chocalho utilizados em rituais) também são frequentes na Subtradição Amazônica e estão praticamente ausentes na cerâmica tupinambá do litoral e na guarani. Por fim, as possibilidades de executar a decoração policrômica no vaso parece ter sido mais ampla para os Tupinambá amazônicos do que para os demais, incluindo linhas espessas vermelhas ou brancas que poderiam ser executadas dentro ou fora dos vasos. Os grupos Tupi-Guarani da Amazônia parecem ter optado, no momento de executar motivos finos nos seus vasos, pela utilização de decorações incisas, técnica esta pouco utilizada nas demais subtradições. Em resumo, há elementos que permitem unir essas indústrias em uma mesma tradição, ao mesmo tempo em que há elementos que permitem dividir geograficamente as indústrias em diferentes subtradições.

A Subtradição Tupinambá da Amazônia, por sua vez, tem uma significativa variabilidade interna. Os trabalhos realizados pelo Pronapaba (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica), nas

décadas de 1970 e 1980, demonstraram com grande coerência as diferenças entre as fases ligadas à "tradição Tupiguarani": fases Tauari e Tucuruí, no baixo Tocantins (Araújo-Costa 1983; Meggers⁵ 1992a, 1992b; Miller et al. 1992; Simões & Araújo-Costa 1987); Fase Itacaiúnas no interflúvio Xingu/Tocantins (Figueiredo 1965; Simões 1986; Simões, Corrêa & Machado 1973), e fases Arara e Pacajá no rio Xingu (Perota 1992). Essas subdivisões, que têm um caráter muito mais espacial do que cronológico e que são calcadas basicamente em variações de atributos cerâmicos, podem aumentar à luz de novos dados. As diferenças internas dentro da Fase Itacaiúnas fornecem um exemplo de que as classificações ainda são incipientes e que novos agrupamentos internos podem surgir.

Figura 6 – Formas compostas ou complexas do sítio Bom Jesus 6, Fase Tauari, Subtradição Tupinambá da Amazônia do baixo Tocantins. Desenhos: Erêndira Oliveira



Um dos aspectos que mais chamam a atenção nas áreas habitadas pelos antigos Tupi-Guarani é a grande presença de sítios em áreas de terra firme, assim como o fato de que os sítios nas margens das grandes drenagens (e.g. Simões e Araújo-Costa 1987), em geral, *não* têm dimensões maiores do que os sítios de terra firme (e.g. Almeida 2008). Em alguns sítios de terra firme a dispersão de cerâmicas chegava a vários hectares. Por exemplo, o sítio Cavalo Branco, localizado a 15 km da margem direita do rio Tocantins, na latitude da cidade de Marabá, tem cerâmicas espalhadas por uma área de 140.000 m², mas as maiores densidades de material foram relacionadas a duas manchas de terra preta, uma com o dobro do tamanho da outra (*Área I*, 21.200 m², e *Área II*, 10.200 m²). Dados cronológicos indicam que essas áreas foram ocupadas em momentos distintos: a primeira ocupação na *Área I* teria ocorrido no séc. VIII (cal. 679-876 d.C.); a *Área II* teria sido ocupada no séc.

XIII (cal. 1162-1319 d.C.), seguida de uma ocupação na *Área I* por volta do séc. XIV (cal. 1282-1402 d.C.). É possível que outras ocupações tenham ocorrido depois, já que o topo da sequência estratigráfica não foi datado.

No caso do sítio Cavalo Branco, a semelhança entre as cerâmicas das diferentes ocupações indica que o mesmo grupo reocupou a área do sítio, provavelmente com distintas propostas. Já no caso do sítio Mutuca, localizado em uma área de interflúvio da bacia do rio Itacaiúnas, Garcia (2012) identificou o material da Subtradição Tupinambá da Amazônia⁶ sobreposto a uma antiga ocupação de cerâmica Inciso-Modelada (ligada a grupos Arawak ou Caribe?). Isto significa que os dados arqueológicos sugerem não apenas um reaproveitamento de áreas antigamente ocupadas por um mesmo grupo (Tupinambá), mas também que os antigos falantes de tupi-guarani do sudeste da Amazônia se aproveitaram de áreas outrora ocupadas por grupos diferentes (estilística e, talvez, linguisticamente).

Figura 7 – Cerâmica pintada, ungulada, incisa e corrugada (Subtradição Tupinambá da Amazônia)



Trata-se de um padrão de ocupação e reocupação descrito na literatura etnográfica dos Tupi-Guarani da região com recorrência. Por exemplo, os Araweté (Viveiros de Castro 1986:267-273) apresentam um padrão de assentamento marcado pela sazonalidade. No período de chuva, a aldeia se fragmenta em diversos acampamentos, com pequenos grupos nucleares se dispersando pela mata para realizar atividades de *trekking*,⁷ ou seja, ligadas à caça e à coleta de animais. Findadas as chuvas, ocorreria um reagrupamento dentro do espaço da aldeia. Mesmo no período de seca, seriam produzidas algumas estruturas que não pertencem à aldeia, acampamentos de mata para abrigar caçadores ou famílias em curtas expedições. Do mesmo modo, todas as aldeias araweté localizavam-se em áreas de antigas roças (Viveiros de Castro 1986:312), ou seja, o complexo de estruturas em torno de uma aldeia influencia no momento em que esta é transferida de lugar.

Os Parakanã são um caso à parte. A cisão interna, no fim do século XIX, criou um grupo mais sedentário (os Parakanã orientais) e um grupo praticamente nômade (os Parakanã ocidentais). Quando Fausto (2001:59) indica que os Parakanã ocidentais foram aumentando o período de *trekking* e abandonando a agricultura, lê-se nas entrelinhas que o grupo antes da cisão praticava sazonalmente essa atividade. Dessa forma, há um curioso exemplo de grupo, os Parakanã ocidentais, sem práticas agrícolas, mas que se une na aldeia no período seco e se separa no período de chuva. Os Asurini do Xingu também erguiam abrigos na mata: as *Tapyia*. Müller (1990:74) as descreve como de pequena dimensão, sem paredes e construídas com folhas de palmeiras. A antropóloga indica que as *Tapyia*, além de abrigo para o período em que os índios deixam a aldeia para caçar e coletar, também são utilizadas em áreas de roça.

Um último exemplo pode ser encontrado nos Urubu-Ka'apor, estudados por Balée (1994). Este grupo, dentro dos escolhidos para dialogar com os dados arqueológicos, é o mais sedentário. Os Ka'apor teriam um sistema ecológico mais próximo do indicado para os Tupinambá (Assis 1996), no qual o "núcleo" da aldeia era abandonado somente quando a aldeia era transferida para outro lugar: a fragmentação nunca era total. Ribeiro (2006:86), que esteve entre os Ka'apor quase meio século antes de Balée, teve a oportunidade de descrever abrigos de roça desses índios "de 2,5m de comprimento por 1,1 de largura e 2 de altura [...]. Enquanto a roça cresce na mata, eles ficam a colher o que plantaram o ano passado no alto Coracy, onde também há mais caça do que peixe. Assim somente daqui a uns quatro ou cinco meses voltarão àquele pouso". Uma das maiores contribuições oferecidas pela pesquisa de Balée (1994), do ponto de vista arqueológico,

é o fato de que o reaproveitamento de áreas ocupadas pelos Ka'apor não necessariamente ocorria por eles mesmos, o mesmo acontecendo com seus tradicionais inimigos, os Awá-Guajá, também falantes de uma língua tupi-guarani. Em síntese, tanto a arqueologia quanto a etnografia dos grupos Tupi-Guarani indicam processos de reocupação das mesmas áreas, seja como acampamento, seja como aldeia.

Outro ponto em que os dados arqueológicos e etnográficos parecem convergir quanto aos Tupi-Guarani do sudeste amazônico diz respeito ao formato das aldeias, compostas por um desenho de dispersão desordenada das casas, assim como entre os Araweté (Viveiros de Castro 1986), os Parakanã (Fausto 2001; Vidal 1983), os Ka'apor (Balée 1994; Ribeiro 2006), os Asurini do Tocantins (Andrade 1992), e os Waiãpi⁸ (Gallois 1986). Mapas com a dispersão do material cerâmico nos sítios da Subtradição Tupinambá da Amazônia do baixo Tocantins também apontaram uma dispersão aleatória dos fragmentos, ao contrário dos sítios encontrados no interior do Maranhão ou do Brasil Central, em que nitidamente se pode perceber um padrão circular de dispersão do material em volta de uma área central vazia, provavelmente uma praça central (Almeida 2008; Almeida & Garcia 2008; Scientia 2008; Wüst 1983, 1990; Wüst & Barreto 1999). Trata-se de uma clara diferença em relação ao padrão de aldeia historicamente documentado para os Tupinambá do litoral (cf. Assis 1996; Fernandes 1963; Métraux 1948) — em que há, de maneira nítida, um padrão circular ou quadrangular em forma de aldeia — mas que se assemelha ao padrão aleatório arqueologicamente observado para os Guarani no vale do Parapanema (e.g. Pallestrinni 1972/73, 1975).

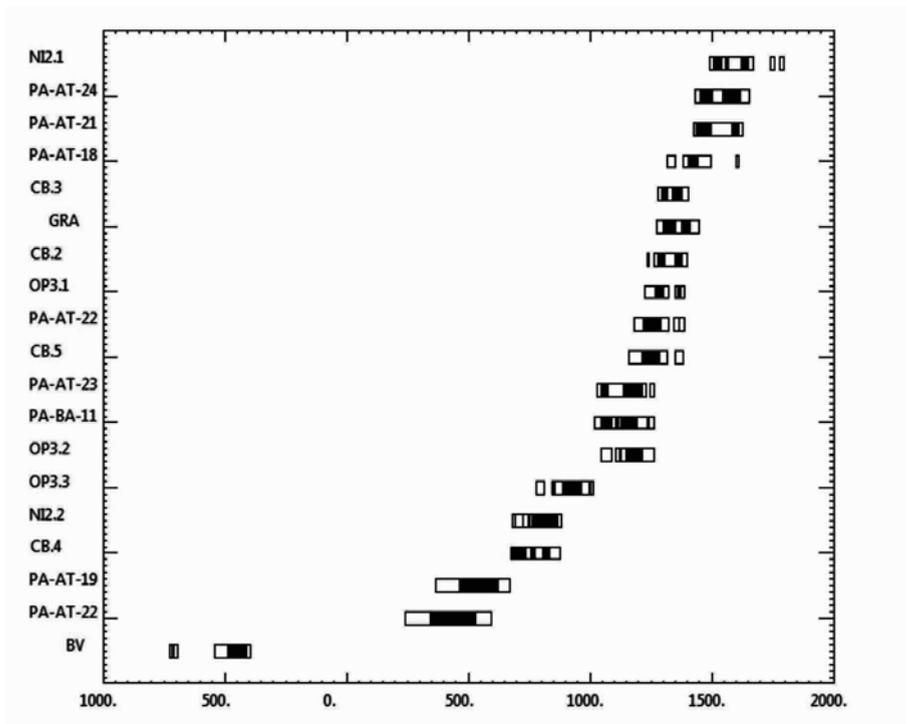
Por fim, conta-se com a cronologia: um total de 57 datações, que é em grande parte proveniente da região de interflúvio dos rios Xingu e Tocantins, e que confirmam a presença de grupos Tupi-Guarani no sudeste amazônico há mais de um milênio antes da chegada dos europeus à região (Tabela 1; Fig. 8).

Além dessas datas, os estudos realizados por Perota (1992:215) no baixo Xingu apontam a existência de 11 datações que não foram apresentadas individualmente, mas que estariam restritas a um período de 1260 a 1550 d.C. Quanto às datas encontradas na Tabela 1, pode-se indicar que, enquanto a datação mais antiga (sítio Bela Vista: 480 a.C.) encontra-se isolada e, portanto, deve permanecer separada à espera de que novos estudos a confirmem ou não, há uma cronologia consistente a partir do século III da era cristã, que se estende até o século XVIII d.C., alguns séculos depois de relatos históricos indicarem que essa região era ocupada por grupos de língua tupi-guarani (cf. Vieira 1997 [1655 a 1659]). Essa cronologia é

Tabela 1: Datações por termoluminescência para os sítios da Subtradição Tupinambá da Amazônia

Sítios	Datação DC	Método	Hidrografia	Referência bibliográfica
Bitoca 1	1730	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
Estrada	1690	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
Bitoca 1	1620	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
Bitoca 1	1580	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
Bitoca 2	1550	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
Bitoca 1	1500	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
Aldeia Xikrin	1500	TL	Itacaiúnas	Silva et al. 2007
Bitoca 1	1490	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
P-32	1490	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
Bitoca 2	1470	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
Bitoca 1	1450	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
Bitoca 1	1440	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
Sequeirinho	1430	TL	Itacaiúnas	Pereira et al. 2008
Domingos	1420	TL	Itacaiúnas	Pereira et al. 2008
Bitoca 1	1410	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
Estrada	1410	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
Bitoca 2	1400	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
4 Alfa	1390	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
4 Alfa	1360	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
PA-AT-244	1360	TL	Itacaiúnas	Pereira et al. 2008
Aldeia Asurini	1300	TL	Xingu	Silva et al. 2007
Sequeirinho	1280	TL	Itacaiúnas	Pereira et al. 2008
Bitoca 2	1245	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
PA-AT-244	1240	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
Bitoca 1	1150	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
Bitoca 1	1000	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
Bitoca 2	890	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
Bitoca 2	825	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
Bitoca 2	800	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
Bitoca 2	740	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
Bitoca 2	706	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
Bitoca 2	670	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
Domingos	650	TL	Itacaiúnas	Pereira et al. 2008
Bitoca 2	615	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
Domingos	550	TL	Itacaiúnas	Pereira 2009, com. pess.
Bitoca 2	505	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
Bitoca 2	450	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008
Bitoca 1	356	TL	Itacaiúnas	Silveira et al. 2008

Figura 8: Datações calibradas para os sítios da Subtradição Tupinambá da Amazônia (Calib.)



importante não só por atestar a presença pré-colonial de grupos Tupi-Guarani na região, mas também por indicar que a cronologia dos Tupi-Guarani da Amazônia é mais antiga do que a da Tradição Polícroma da Amazônia, cujas datas mais remotas se situam próximas do século VIII d.C. (Almeida 2013; Neves 2012). Isto, portanto, confirma que a Tradição Tupi-Guarani não é uma extensão diacrônica da chamada Tradição Polícroma da Amazônia, conforme postularam Brochado (1984, 1989) e Lathrap (1970); Brochado & Lathrap 1982), mas anterior a ela.

Verifica-se, desta forma, um padrão arqueológico no sudeste da Amazônia marcado pela combinação entre variabilidade material e profundidade cronológica, o que é compatível com os dados linguísticos. Segundo Mello e Kneip (2006) nos estudos sobre origem e dispersão das línguas tupi, a maioria dos linguistas trabalhou com hipóteses referentes à área com a maioria de subgrupos do tronco Tupi, e não com o local com maior variabilidade linguística na família Tupi-Guarani. Assim, enquanto a bacia do alto Madeira

só tem um grupo falante de línguas tupi-guarani (os Kawahib), o baixo Tocantins tem 14, agrupados em quatro grandes subgrupos Tupi-Guarani, com uma história milenar de ocupação (Rodrigues 1984/1985).

A possibilidade da expansão tupi-guarani ter ocorrido a partir do sudeste amazônico é atraente, mas não explica o papel dos Guarani nessa história. As datações guarani, próximas ao início da era cristã na bacia do alto Paraná (Bonomo et al. 2015; Noelli 1993, 1999-2000), exigiriam uma cronologia ainda mais recuada para o material amazônico, o que está longe de ser provado. Resta também estabelecer quais foram as rotas de expansão dos Guarani a partir deste suposto centro de origem. Este ponto será discutido à frente.

Os dados do sudeste da Amazônia parecem sugerir um quadro intermediário que escapa do determinismo ecológico implícito nas hipóteses que associam os movimentos migratórios dos grupos Tupi-Guarani a respostas diretas para mudanças climáticas e consequentes movimentos de expansão e retração da floresta tropical (Meggers 1974, 1977, 1979, 1982; Miller 1983, 2009; Schmitz 1991) Escapa igualmente de um "determinismo às avessas" (cf. Carneiro 1995) empregado por Brochado e Lathrap em um modelo com uma possibilidade ilimitada de expansão ribeirinha, bombeada pela igualmente ilimitada (em proteínas) várzea amazônica (o "coração" do modelo cardíaco).

Os dados atualmente disponíveis mostram que os Tupinambá (assim como muitos outros grupos) se aproveitaram do potencial das várzeas, quando disponíveis. Todavia, eles se valeram de muito mais do que isso, com o uso diversificado das áreas de terra firme, criativamente se beneficiando da variedade de compartimentos topográficos e vegetais que podem ser encontrados no sudeste da Amazônia, assim como de um complexo e contíguo processo de utilização de áreas previamente ocupadas. Tal história milenar de ocupação de espaços ribeirinhos e de interflúvios ocorreu concomitantemente à ocupação de áreas contíguas por parte de grupos falantes de línguas distintas, por exemplo, das famílias Arawak e Macro Jê. A concomitância territorial entre os diferentes grupos, assim como entre os próprios Tupinambá, certamente não se deu sempre de forma pacífica (cf. Balée 1987). Os diferentes resultados desses contatos, as idiosincrasias dos distintos grupos ou indivíduos responsáveis pelas decisões sociopolíticas durante períodos de muitas centenas de anos sugerem a necessidade de que contingências históricas, de complexa averiguação arqueológica, não devam ser ignoradas pelos que buscam compreender a ampla dispersão dos Tupi-Guarani.

As crônicas dos séculos XVI e XVII são didáticas em descrever uma série de movimentos de longa distância empreendida por grupos Tupinambá

e Guarani. Descontada a intensidade apocalíptica dos contatos com os europeus, pode-se cogitar que eventos de deriva — movimentações geograficamente longas e temporalmente curtas — durante o período pré-colonial ajudem a responder questões como a distância espacial dos Guarani em relação ao suposto centro de origem amazônico. Da mesma forma, esses fatores de curta duração podem contribuir para a compreensão do destaque dos Tupi-Guarani na área em que se encontra a maioria das demais famílias do tronco Tupi (sudoeste amazônico). Em outras palavras, restringir-se somente a possibilidades ligadas a processos de longa duração parece não ser suficiente para explicar o resultado de um emaranhado complexo de histórias durante um longo período. Limitar os caminhos desses movimentos aos cursos fluviais ou costeiros também não.

A contribuição mais evidente trazida pela arqueologia dos Tupinambá da Amazônia reside no fato de que estes parecem ter se espalhado no sudeste amazônico, no entorno do baixo curso dos rios Tocantins e Xingu e na grande região de interflúvio desses rios, principalmente por vias terrestres, ou seja, os grandes rios e o litoral não podem ser os únicos caminhos explorados para a compreensão da expansão dos Tupi-Guarani. Estes não se movimentaram apenas de maneira cardíaca, por veias e artérias bem definidas, mas também de forma “hemorrágica”, sem sentido aparente, sem necessariamente respeitar as grandes drenagens fluviais, mas com uma incrível coerência.

Conclusões

Sua vocação estaria no caminho, que convida ao movimento.

(Buarque de Holanda 1994:9)

A etnografia, a etno-história e a arqueologia atestam a existência de um grande número de grupos falantes de línguas tupi-guarani no sudeste da Amazônia. A cerâmica desses grupos está relacionada à Subtradição Tupinambá da Amazônia. Esta, somada com as Subtradições Tupinambá da Costa e Guarani, formaria a Tradição Tupi-Guarani. Dessa forma, além do litoral, da atual região Sul brasileira e de áreas da Argentina, Bolívia e Paraguai, os Tupi-Guarani também ocupavam grandes áreas do sudeste amazônico antes do início da colonização europeia.

As datações arqueológicas para os Tupinambá da Amazônia têm grande consistência a partir do século III d.C., mas a revisão de uma série de outras datações (e.g. Silveira et al. 2008) pode oferecer uma profundidade ainda maior para a ocupação desses grupos. Um dos grandes empecilhos para

essa análise cronológica é a imensa variabilidade do material arqueológico na região, o que não é de se estranhar, visto que na milenar ocupação do sudeste amazônico os inúmeros grupos de língua tupi-guarani passaram por diversos processos e eventos contingenciais, incluindo a interação com os mais diferentes grupos de entorno (e.g. Arawaks e Caribes do Xingu, Timbira do Maranhão e os Jê do Brasil Central).

Esse difícil quebra-cabeças só pode ser montado mediante rigorosos e consistentes estudos arqueológicos que dialoguem insistentemente com os dados etnográficos, linguísticos e históricos, de forma que se produza um quadro coerente que explique a história desses grupos na bacia sul da Amazônia. Além disso, outro passo para a compreensão da história desses grupos de língua tupi-guarani é a comparação deles com os demais grupos do tronco Tupi. Comparação reservada para outro momento.

Recebido em 09 de fevereiro de 2015

Aprovado em 25 de agosto de 2015

Fernando Ozorio de Almeida é professor do Departamento de Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe. E-mail: <fernandoozorio@hotmail.com>

Eduardo Góes Neves é professor do Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. E-mail: <edgneves@usp.com.br>

Notas

* Agradecimentos: A Solange Caldarelli, da Scientia Consultoria, coordenadora do projeto da LT Tucuruí-Açailândia que gerou o estudo "Cavalo Branco", assim como muitas das datas aqui apresentadas. Também agradecemos a Lorena Garcia, nossa interlocutora para a arqueologia do sudeste da Amazônia, que também cedeu datas dos sítios por ela analisados, e aos colegas da Fundação Casa da Cultura de Marabá.

¹ *Tradição*: referente a Estilos (incluindo técnicas) politéticos com persistência temporal e abrangência espacial. Um conjunto de fases distribuídas por áreas vastas e com grande amplitude cronológica. *Subtradição*: frequentemente usada e raramente definida, tende a indicar um conjunto de fases (ou sítios) em uma região mais restrita (e.g. a bacia de um rio). Pressupõe a existência de uma Tradição que a englobe. A discussão desse conceito será retomada adiante. *Fase*: é um conjunto de atributos recorrentes em uma área restrita (e.g. um trecho de rio), em um período que é determinado pela manutenção de uma coerência politética nos elementos estudados. Assim, o presente uso de fase tem um caráter mais espacial (o tamanho e a quantidade de sítios relacionados encontrados em uma área) do que temporal, ainda que o último seja fundamental. Não se restringe necessariamente a um único coletivo ou grupo étnico.

² Termo curiosamente negligenciado por Lathrap e, até certo ponto, combatido por Brochado; os autores não concordavam com o agrupamento dos Guarani com os Tupinambá.

³ No original: "populations in the terra firme are failed populations. They can add as an harassment to the populations in the várzea (the floodplains). They can act as a mechanism through which the várzea populations exploit the resources of the terra firme. [...] However, the populations of the terra firme, with a few exceptions, remained static in both demographic and evolutionary sense" (Brochado & Lathrap 1982).

⁴ Fundação Casa da Cultura de Marabá.

⁵ Nos trabalhos com as fases do baixo Tocantins, Meggers (1992a, 1992b) defende a correlação entre fase e grupo étnico, um argumento ainda longe de ser "comprovado".

⁶ A autora não usa essa designação para a cerâmica, que ela chama apenas de "Tupi".

⁷ Balée (1994:210) define grupos *trekkers* como os que passam seis meses por ano longe da aldeia, para a qual acabam voltando.

⁸ Os Waiãpi antigamente habitavam áreas da bacia do Xingu, tendo migrado no período colonial para a região das Guianas, incluindo o Amapá (Gallois 1986).

Referências bibliográficas

- ABBEVILLE, Claude d'. 1975 [1614]. *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp.
- ADAMS, William Y. & ADAMS, Ernest W. 1991. *Archaeological typology and practical reality: a dialectical approach to the artifact classification sorting*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ALMEIDA, Fernando O. 2008. O complexo tupi da Amazônia Oriental. Dissertação de Mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.
- _____. 2011. "Escrevendo um capítulo da história cultural tupinambá através da variabilidade cerâmica". *Boletim Técnico da Fundação Casa da Cultura de Marabá*, 5:41-57.
- _____. 2013. A tradição policroma no alto rio Madeira. Tese de Doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.
- ALMEIDA, Fernando O. & GARCIA, Lorena G. 2008. "Aspectos do espaço tupinambá". *Revista de Arqueologia*, 21(2):97-119.
- ANDRADE, Lúcia. 1992. "A marca dos tempos: identidade, estrutura e mudança entre os Asuriní do Trocará". In: L. B. Vidal (org.), *Grafismo indígena, estudos de antropologia estética*. São Paulo: Nobel. pp. 117-132.
- ARAUJO-COSTA, Fernanda. 1983. Projeto Baixo Tocantins: salvamento arqueológico na região de Tucuruí. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- ASSIS, Valéria. 1996. Da espacialidade tupinambá. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- BALÉE, William. 1987. "The ecology of ancient tupi warfare". In: R. B. Ferguson (ed.), *Warfare, culture and environment*. Orlando: Academic Press. pp. 241-265.
- _____. 1994. *Footprints of the forest: Ka'apor ethnobotany – the historical ecology of plant domestication by an Amazonian people*. New York: Columbia University Press.
- BONOMO, Mariano; ANGRIZANI, Rodrigo C.; APOLINAIRE; Eduardo & NOELLI, Francisco S. 2015. "A model for the Guarani expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil". *Quaternary International*, 356:54-73.
- BOWSER, Brenda J. & PATTON, John Q. 2008. "Learning and the transmission of pottery style". In: M. Stark; B. J. Bowser & L. Horne (eds.), *Cultural transmission and material culture*. Tucson: University of Arizona Press. pp. 105-129.
- BROCHADO, José P. 1984. An ecological model of the spread of pottery and agriculture into eastern South America. Ph.D. Dissertation, University of Illinois at Urbana Champaign.
- _____. 1989. "A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policroma amazônica". *Dédalo*, 27:65-82.
- BROCHADO, José P. & LATHRAP, Donald W. 1982. Chronologies in the new world. Manuscrito não publicado.
- BUARQUE, Ângela 2010. "As estruturas funerárias das aldeias tupinambá da região de Araruama, RJ". In: A. Prous & T. A. Lima (orgs.), *Os ceramistas tupiguarani*. vol. III – Eixos temáticos. Belo Horizonte: Superintendência do Iphan de Minas Gerais. pp. 179-172.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. 1994. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras.

- CALHOUN, Craig. 2011. "For the social history of the present: Bourdieu as historical sociologist". In: P. Gorski (ed.), *Bourdieu, theory and historical sociology*. Durham: Duke University Press. pp. 1-29.
- CARNEIRO, Robert L. 1995. "The history of ecological interpretations of Amazonia: does Roosevelt have it right?". In: L. Sponsel (ed.), *Indigenous peoples and the future of Amazonia: an ecological anthropology of an endangered world*. Tucson/London: Tucson Arizona Press. pp. 45-70.
- CHERNELA, Janet. 2008. "Translating ideologies: tangible meaning and spatial politics in the northwest Amazonia of Brazil". In: M. Stark; B. J. Bowser & L. Horne (eds.), *Cultural transmission and material culture*. Tucson: University of Arizona Press. pp. 130-149.
- CLARK, David L. 1978. *Analytical archaeology*. New York: Columbia University Press.
- CLASTRES, Hélène. 1978. *Terra sem mal*. São Paulo: Brasiliense.
- CRUZ, Daniel. 2008. *Lar doce lar? Arqueologia tupi na bacia do Ji-Paraná (RO)*. Dissertação de Mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.
- DEBOER, Warren R. 1991. "The decorative Burden: design, medium, and change". In: W. Longacre (ed.), *Ceramic ethnoarchaeology*. Tucson: University of Tucson Press. pp. 144-161.
- DEGOY, Laure. 2008. "Technical traditions and cultural identity: an ethnoarchaeological study of Andhara Pradesh potters". In: M. Stark; B. J. Bowser & L. Horne (eds.), *Cultural transmission and material culture*. Tucson: University of Arizona Press. pp. 199-222.
- ÉVREUX, Yves d'. 2002 [1615]. *Viagem ao norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro.
- FAUSTO, Carlos. 1992. "Fragmentos de história e cultura tupinambá." In: M. C. Cunha (org.), *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. pp. 381-396.
- _____. 2001. *Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo: Edusp.
- FERNANDES, Florestan. 1963. *A organização social dos Tupinambá*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- _____. 1970. *Função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Pioneira.
- FIGUEIREDO, Napoleão A. 1965. "Cerâmica arqueológica do Rio Itacaiúnas". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia*, 27:1-17.
- GALLOIS, Dominique T. 1986. "Migração, guerra e comércio: os Waiãpi na Guiana". *Série Antropologia*, 15. São Paulo, FFLCH/USP
- GARCIA, Lorena G. 2012. *Arqueologia na região dos interflúvios Tocantins-Xingu: os Tupi do Cateté*. Dissertação de Mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.
- INGOLD, Tim. 1996. "The optimal forager and the economic man". In: P. Descola & G. Parsson (eds.), *Nature and society: an anthropological perspective*. London/ New York: Routledge. pp. 25-44.
- LARAIA, Roque B. 1984/85. "Uma etno-história Tupi". *Revista de Antropologia*, 27/28:25-32.
- LA SALVIA, Fernando & BROCHADO, José P. 1989. *Cerâmica guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura.
- LATHRAP, Donald W. 1970. *The upper Amazon*. London: Thames & Hudson.
- MEGGERS, Betty J. 1974. *A reconstrução da pré-história amazônica*. São Paulo: Edusp.
- _____. 1977. "Vegetation fluctuation and prehistoric cultural adaptations in Amazonia: some tentative correlations". *World Archaeology*, 8(3): 287-303.

- _____. 1979. "Climatic oscillation as a factor in the prehistory of Amazonia". *American Antiquity*, 44(2):252-266.
- _____. 1982. "Archaeological and ethnographic evidence compatible with the model of forest fragmentation" In: G. Prance (ed.), *Diversification in the tropics*. New York: Columbia University Press. pp. 483-496.
- _____. 1992a. "Prehistoric population density in the Amazon basin". In: J. Veruno & D.H. Ubelaker (eds.), *Disease and demography in the Americas*. Washington D.C.: Smithsonian Institution Press. pp. 197-205.
- _____. 1992b. "Judging the future by the past: the impact of environmental instability on Prehistoric Amazonian Populations". In: L. Sponcel (ed.), *Indigenous peoples and the future of Amazonia: an ecological anthropology of an endangered world*. Tucson: University of Arizona Press. pp. 15-43.
- MELLO, Antônio A. S. & KNEIP, Andreas. 2006. "Evidências linguísticas que apontam para a origem dos povos Tupi-Guarani no leste amazônico". International Congress of Americanists, 52º, Sevilha. Mimeo.
- MENÉNDEZ, Miguel. 1981/1982. "Uma contribuição para a etno-história da área Tapajós-Madeira". *Revista do Museu Paulista*, XXVIII:289-388.
- MÉTRAUX, Alfred. 1927. "Migrations historiques des Tupi-Guarani". *Journal de la Société des Américanistes*, 19:1-45.
- _____. 1948. "The Tupinambá". In: J. Steward (ed.), *Handbook of South American Indians*, 3. Washington: Government Printing Office. pp. 95-133.
- MIGLIAZZA, Ernesto. 1982. "Linguistic prehistory and the refuge model in Amazonia". In: G.T. Prance (ed.), *Biological diversification in the tropics*. New York: Columbia University Press. pp. 497-519.
- MILLER, Eurico T. 1983. História da cultura indígena do Alto-Médio Guaporé (Rondônia e Mato Grosso). Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- _____. 2009. "A cultura cerâmica do tronco tupi no alto Ji-Paraná, Rondônia, Brasil: algumas reflexões teóricas, hipotéticas e conclusivas". *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 1(1):35-136.
- MILLER, Eurico T. et al. 1992. *Arqueologia nos empreendimentos hidrelétricos da Eletronorte*. Brasília-DF; Eletronorte.
- MÜLLER, Regina P. 1985. "Abstracionismo na pintura corporal asuriní". In: *Arte e corpo: pintura sobre a pele e adornos de povos indígenas brasileiros*. Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional de Artes Plásticas. pp. 21-25.
- _____. 1990. *Os Asuriní do Xingu: história e arte*. Campinas: Editora da Unicamp.
- NEEDHAM, Rodney. 1975. "Polythetic classification: convention and consequences". *Man*, 10(3):349-369.
- NEVES, Eduardo G. 2008. "Ecology, ceramic chronology and distribution, long-term history, and political change in amazonian floodplain". In: H. Silverman & W. H. Isbell (eds.), *Handbook of South American archaeology*. New York: Springer. pp. 359-378.
- _____. 2011. "Archaeological cultures and past identities in pre-colonial Central Amazon". In: A. Hornborg & J. Hill (eds.), *Ethnicity in ancient Amazonia: reconstructing past identities from archaeology, linguistics, and ethnohistory*. Boulder: University of Colorado Press. pp. 31-56.
- _____. 2012. Sob os tempos do Equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central (6.500 a.C.–1.500 d.C.). Tese de Livre-Docência, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.
- NEUMANN, Mariana A. 2008. Nande Rekó: diferentes jeitos de ser Guarani. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- NIMUENDAJÚ, Curt. 1948. "The Cawahib, Parintintin and their neighbors". In: J. Steward (ed.), *Handbook of South American Indians*, 3. Washington: Government Printing Office. pp. 283-297.
- NOELLI, Francisco S. 1993. Sem Tekohá não há Tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí-RS. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- _____. 1996. "As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi". *Revista de Antropologia*, 39(2):7-53.
- _____. 1998. "The Tupi: explaining origin and expansions in terms of archaeology and the historical linguistics". *Antiquity*, 72(2):648-663.
- _____. 1999-2000. "A ocupação humana da região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas – 1872-2000". *Revista USP*, 44:218-269.
- _____. 2008. "The Tupi expansions". In: H. Silverman; W. H. Isbell (ed.), *Handbook of South American archaeology*. New York: Springer. pp. 200-212.
- NOELLI, Francisco S. & BROCHADO, José P. 1998. "O cauí e as beberagens dos Guarani e Tupinambá: equipamentos, técnicas de preparação e consumo". *Revista do MAE*, 8:117-128.
- NORDENSKIÖLD, Erland. 1930. *L'archéologie du bassin de l'Amazonie*. Ars Americana 1. Paris: Les Éditions G. van Oest.
- PALLESTRINI, Luciana. 1972/1973. "Superestruturas e infraestruturas arqueológicas no contexto ecológico brasileiro". *Revista do Museu Paulista*, 20:7-32.
- _____. 1975. "Interpretação das estruturas arqueológicas em sítios do Estado de São Paulo". *Revista do Museu Paulista, Série Arqueologia*, 1:1-208.
- PEREIRA, Edithe et al. 2008. "A tradição tupi-guarani na Amazônia". In: A. P. Prous & T. A. Lima (orgs.), *Os ceramistas tupiguarani*. Belo Horizonte: Sigma. pp. 49-66.
- PEROTA, Celso. 1992. "Adaptação agrícola no baixo Xingu". In: B. Meggers (ed.), *Prehistoria sudamericana*. Washington D.C.: Taraxacum. pp. 211-218.
- PROUS, André P. 1992. *Arqueologia brasileira*. Brasília: UnB.
- _____. 2005. "A pintura em cerâmica tupiguarani". *Ciência Hoje*, 36(213):22-28.
- _____. 2010. "A pintura em cerâmica tupi-guarani". In: A. P. Prous & T. A. Lima (orgs.), *Os ceramistas tupiguarani, II*. Belo Horizonte: Sigma. pp. 113-216.
- RAMIREZ, Henri. 2007. "As línguas indígenas do Alto Madeira: estatuto atual e bibliografia básica". *Língua Viva*, 4.
- RIBEIRO, Darci. 2006. *Diários Índios: os Urubus-Ka'apor*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RODRIGUES, Aryon D. 1964. "A classificação do tronco linguístico tupi". *Revista de Antropologia*, 12:99-104.
- _____. 1984/85. "Relações internas na família linguística tupi-guarani". *Revista de Antropologia*, 27-28:33-53.
- RODRIGUES, Aryon D. & CABRAL, Ana Suelly A. C. 2012. "Tupian". In: L. Campbell & V. Grondona (eds.), *The indigenous languages of South America: a comprehensive guide*. Berlin: De Gruyter Mouton. pp. 495-574.
- SCHMITZ, Pedro I. 1991. "Migrantes da Amazônia: a tradição tupiguarani". *Arqueologia do RGS, Brasil – Documentos (São Leopoldo)*, 5:31-66.
- SCIENTIA Consultoria Científica. 2008. Relatório Final: Projeto de Salvamento dos Sítios Arqueológicos Localizados na Área Diretamente Afetada da Linha de Transmissão Tucuruí/PA – Presidente Dutra/MA (3º Circuito). Organização de S. Caldarelli, São Paulo. Miemo.
- SILVA, Fabíola A. 2007. "A arqueometria e a análise de artefatos cerâmicos: um estudo de fragmentos por fluorescência de Raios X (EDXRF) e transmissão Gama". *Revista de Arqueologia*, 17: 41-61.

- SILVEIRA, Maura I.; RODRIGUES, Maria Christina L. F.; OLIVEIRA, Elisângela R. & LOSIER, Louis-Martin. 2008. "Sequência cronológica de ocupação na área do Salobo (Pará)". *Revista de Arqueologia*, 21(1):61-84.
- SIMÕES, Mário F. 1986. "Salvamento arqueológico". In: J. M. G. Almeida Jr. (org.), *Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento*. Brasília: Brasiliense/CNPq. pp. 534-559.
- SIMÕES, Mário F. & ARAÚJO-COSTA, Fernanda. 1987. "Pesquisas arqueológicas no baixo rio Tocantins (Pará)". *Revista Arqueologia*, 4(1):11-27.
- SIMÕES, Mário F.; CORRÊA, Conceição G. & MACHADO, Ana Lúcia. 1973. "Achados arqueológicos no baixo rio Fresco (Pará)". *Publicações Avulsas*, 20:113-141.
- SOUZA, Gabriel S. 2001 [1587]. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- STADEN, Hans. 1974 [1557]. *Duas viagens ao Brasil*. São Paulo: Edusp.
- STEINEN, Karl von den. 1942. *Brasil Central*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- TRIGGER, Bruce G. 1989. *A history of archaeological thought*. Cambridge/New York: Cambridge University Press.
- URBAN, Greg. 1992. "A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas". In: M. C. Cunha (org.), *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. pp. 87-102.
- VIDAL, Lux. 1983. "O espaço habitado entre os Kaiapó-Xikrim (Jê) e os Parakanã (Tupi) do médio Tocantins, Pará". In: S. C. Novaes (org.), *Habitacões indígenas*. São Paulo: Nobel/Edusp. pp. 77-102.
- VIEIRA, Antônio. 1997 [1655 a 1659]. *Cartas*. Vol. 1. Organização de J.L. Azevedo. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. 1986. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- WALKER, Robert S.; WICHMANN, Soren; MAILUND, Thomas & ATKINSON, Curtis J. 2012. "Cultural phylogenetics of the tupi language in Lowland South America". *Plos One*, 7(4):1-9.
- WÜST, Irmhild. 1983. Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área do Mato Grosso de Goiás: tentativa de análise espacial. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- _____. 1990. Continuidade e mudança: para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do rio Vermelho, Mato Grosso. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- WÜST, Irmhild & BARRETO, Cristiana. 1999. "The ring villages of Central Brazil: a challenge for Amazonian archaeology". *Latin American Antiquity*, 10(1):3-23.
- ZIMPEL NETO, Carlos A. 2009. Na direção das periferias extremas da Amazônia: Estudo da Arqueologia na Bacia do Rio Jiparaná, Rondônia. Dissertação de Mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

Resumo

Grupos falantes de línguas da família Tupi-Guarani estavam espalhados por vastas regiões da América do Sul na época da chegada dos europeus. Durante décadas, especulou-se sobre o processo de dispersão desses grupos por um território tão grande. Neste artigo indica-se que o estudo da história dos grupos falantes de línguas tupi-guarani da Amazônia Oriental, produtores de cerâmica da Subtradição Tupinambá da Amazônia, é uma peça fundamental para a compreensão de fenômenos de mobilidade e da complexidade interna dos Tupi-Guarani.

Palavras-chave Arqueologia amazônica, Família linguística Tupi-Guarani, Tradição Tupi-Guarani, Subtradição Tupinambá da Amazônia, Cerâmica, Cronologia.

Abstract

Tupi-Guarani speaking groups were spread over vast regions of South America when the Europeans arrived. Speculation about the process of dispersion of these groups has been ongoing for decades. In this paper we point out that studying the history of the Tupi-Guarani groups from Eastern Amazonia, producers of pottery related to the Amazonian Tupinambá Subtradition, is fundamental to the comprehension of the mobility and internal complexity of the Tupi-Guarani.

Key words Amazonian Archaeology, Tupi-Guarani linguistic family, Tupi-Guarani Tradition, Amazonian Tupinambá Subtradition, Pottery, Chronology.